

A MUSEALIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE/ RS

Olivia Silva Nery*

RESUMO

Este texto apresenta reflexões sobre a musealização do patrimônio industrial enquanto uma possibilidade de preservação da história, memória industrial e seus vestígios materiais móveis. O artigo analisa o caso do Museu da Cidade do Rio Grande, situado na cidade do Rio Grande (RS), um importante polo industrial do Rio Grande do Sul no final do século XIX e meados do XX. O processo de desindustrialização vivido na cidade a partir da década de 1960 gerou um processo de derrubada e perda dos vestígios móveis e imóveis da industrialização local. Nasce, em meio a esse contexto, o Museu da Cidade que visa preservar a história local e também da indústria.

Palavras-chave: Patrimônio industrial. Museu. Rio Grande.

ABSTRACT

This text presents reflections on the musealization of industrial heritage as a possibility of preserving history, industrial memory and its movable material remains. The article analyzes the case of the Museum of the City of Rio Grande, located in the city of Rio Grande (RS), an important industrial pole of Rio Grande do Sul in the late 19th and mid 20th centuries. The process of the industrialization experienced in the city since the 1960s generated a process of overthrow and loss of the movable and immobile traces of local industrialization. In the midst of this context, the Museum of the City is born, which aims to preserve the local history and also of the industry.

Key-words: Industrial heritage. Museum. Rio Grande city.

Sobre patrimônio industrial

O alargamento do conceito de patrimônio cultural experienciado a partir dos anos 1970 trouxe novas reflexões e formas de pensar e

* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Atualmente é Pós-Doutoranda na Universidade Federal de Pelotas (Bolsista PDJ 151171/2020-3), pesquisando sobre o patrimônio industrial da cidade do Rio Grande. Contato: olivianery@gmail.com

preservar a diversidade do patrimônio cultural. Nesse importante exercício de (re)pensar e de atualizar as esferas conceituais e suas limitações, surge um novo “campo” patrimonial: o patrimônio industrial. A preocupação para com os vestígios materiais (móveis e imóveis) referentes aos processos de industrialização foi diretamente influenciada pelo período de decadência e desindustrialização em vários locais do mundo. A eminência de perda de referências históricas que marcaram a vida de muitas regiões, também tornou-se um momento para refletir sobre o caráter identitário e memorial que tais construções, em um primeiro momento, possuíam.

Os processos de industrialização vividos em vários países, em tempos, ciclos e impactos diferentes, trouxeram significativas transformações nos cenários urbanos. Afetaram a vida social, cultural e econômica dentre o extenso período do século XVIII até o século XXI. O modelo fabril iniciado na Inglaterra no século XVIII e perpetuado até meados do século XX, enfraqueceu de forma exponencial a partir de então. Os espaços que antes movimentavam as cidades, que recebiam milhares de operários, em longas jornadas de trabalho, que ditavam os horários de acordar e dormir com seus tão marcantes apitos de fábrica, deram espaço ao silêncio e a uma quietude. O que aconteceu, em muitos casos, foi o “esvaziamento e eliminação desses vestígios de atividades que movimentaram e impulsionaram o país” (FERREIRA, 2009, p. 34).

O abandono dessas grandes construções fabris, que em muitos casos ocupavam vários quarteirões da cidade, chamou a atenção de pesquisadores das diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Sampaio (2017) e Mendes (2012), salientam para a quantidade de casos de destruição dessas estruturas. Diante de tais perdas surge a reflexão sobre o impacto dessas ações e do caráter histórico e documental que os vestígios materiais industriais possuem. Segundo Yagui (2014) e Sampaio (2017), as preocupações e políticas preservacionistas do passado industrial surgiram, inicialmente, no Reino Unido, berço da Revolução Industrial. Com o alargamento do conceito de patrimônio surgia a noção de patrimônio industrial enquanto novo território de uma arqueologia industrial (MENDES, 2013). A arqueologia contribuiu com possibilidades de estudo, de método e de preservação do conjunto de bens da história da industrialização. As discussões interdisciplinares culminaram em diversas organizações e projetos de incentivo e preservação do patrimônio industrial por todo o globo.

A interdisciplinaridade envolvendo a temática, e as transformações conceituais acerca da ideia de patrimônio industrial,

resultam em diferentes abordagens sobre o entendimento e a conceitualização do patrimônio industrial. Uma delas é a de “vestígios do desenvolvimento” (MENDES, 2018, p. 30), ou, de “bens culturais identificados por um conjunto de critérios de natureza social, técnica, industrial” (CUSTÓDIO, 2018, p. 46). Nessa linha, “no seu sentido mais amplo o patrimônio industrial se relaciona com processos produtivos, modelos empresariais, matrizes tecnológicas que após cumprirem seu ciclo evolutivo, desapareceram” (FERREIRA, 2009, p. 23). Aqui, a ideia de patrimônio industrial está muito vinculada à ideia de vestígio, de testemunho do passado, clara influência da Arqueologia para a área.

Por outro lado, as transformações teóricas e conceituais do patrimônio cultural, cada vez mais, apontam para uma ideia de patrimônio que valorize e reconheça o pertencimento e a identificação da categoria ‘patrimônio’ por parte da comunidade. Ou seja, se distanciam de uma nomenclatura “por decreto” e se aproximam de uma categoria de pensamento, tal como defende Gonçalves (2007), e de referências identitárias e memoriais para um grupo. A ampliação do entendimento de patrimônio cultural, segundo Rufinoni (2020), também influencia a questão do patrimônio industrial na medida que, cada vez mais, as questões imateriais desse patrimônio estão sendo consideradas: “incorporando a história oral e registros de saberes e fazeres industriais” (RUFONI, 2020: 235).

Nesse caso, percebe-se que uma série de fatores tangenciam a construção da categoria de patrimônio industrial: as reflexões do próprio campo patrimonial, o alargamento do conceito, a decadência industrial da segunda metade do século XX e a interdisciplinaridade característica do patrimônio. Fato é que esses estabelecimentos industriais além de símbolos de um período histórico, da consolidação do capitalismo e de uma forma de produção, tornaram-se também lugares de memória, tal como aponta Ferreira (2013), espaços de referências memoriais e identitárias.

De maneira geral, é possível dizer que inicialmente a categoria de patrimônio industrial foi aplicada, principalmente, para os bens de natureza imóvel. Entretanto, para Maria da Luz Sampaio (2017) apesar da fábrica (enquanto estrutura arquitetônica) ser o grande símbolo do patrimônio industrial e do seu passado, os objetos são igualmente importantes e vulneráveis, pois “são aqueles que estão mais sujeitos ao vandalismo, à venda ou até à dispersão” (SAMPAIO, 2017, p. 55).

Sampaio (2017) chama atenção para o patrimônio industrial móvel: ou seja, os objetos, maquinário, documentação, embalagens,

enfim, uma grande variedade de materialidade que está diretamente relacionada com o passado industrial da sociedade. Pensando na grande quantidade de prédios industriais (patrimônios industriais imóveis) que foram destruídos ao longo dos anos, esses objetos (patrimônios industriais móveis) tornam-se ainda mais importantes quando se tornam os únicos vestígios materiais que ainda resistem ao tempo e ao abandono. Esse é o caso da cidade do Rio Grande, localizada ao sul do Rio Grande do Sul, um dos polos industriais do Estado e do país, mas que assistiu, a partir dos anos 1960, a destruição de grande parte desses prédios industriais.

Portanto, por Rio Grande ser uma cidade industrial e operária, os vestígios materiais e imateriais que representam tais características são tão importantes. Assim, a proposta deste texto é analisar de que forma a musealização dos patrimônios industriais móveis pode ser uma alternativa para a preservação dessas histórias e memórias, analisando o caso do Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG). E, além disso, compreender qual a relação do próprio museu (MCRG) com o passado industrial. Para tanto, é necessário situar o(a) leitor(a) acerca do passado industrial da cidade do Rio Grande e de sua importância para o cenário fabril do Rio Grande do Sul e do país.

Rio Grande: uma cidade fabril, uma cidade operária

Rio Grande é uma cidade localizada ao sul do Rio Grande do Sul, em posição peninsular e detentora de um porto marítimo estratégico para escoamento de produtos para o restante do Brasil e para outros países. Seus processos de industrialização estão diretamente relacionados a essa característica. No Brasil a industrialização iniciou no século XIX, ganhando mais força nas últimas décadas do período. Vogt (2003) defende que o fomento da indústria aconteceu pela soma de diversos aspectos, sendo os principais: capital originado pelo café, mão-de-obra livre com fim da escravidão. “Preencheram-se dois pré-requisitos indispensáveis à industrialização: capital e mercado interno. Assim, o período da República Velha caracteriza-se por ser um período de expansão industrial” (VOGT, 2003, p. 70).

Assim, aos poucos, a “agricultura não era mais o único empreendimento possível (COSTA, 2010, p. 466), nem o único meio de sustentação e investimento econômico no país, e as indústrias cresciam à medida que o país vivenciava outras mudanças culturais e sociais, condizentes com o sistema capitalista que se instaurava.

Os principais centros industriais brasileiros ficavam concentrados, até 1930, em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul (PRADO JR, 1990; COSTA, 2010). Todos esses locais possuíam os elementos necessários para a instalação dos estabelecimentos, principalmente a mão-de-obra, transporte e comunicação. Portanto, o Rio Grande do Sul era um dos estados brasileiros que tinha uma forte vida industrial no período. O estado possuía dois principais polos industriais, um em Rio Grande e Pelotas e outro na região de Porto Alegre. Segundo Mertz (1991) a indústria do primeiro polo objetivava a exportação de produtos para o mercado nacional, devido ao caráter exportador desses estabelecimentos industriais, tenderam os mesmos a localizar-se junto do único porto de mar do Estado” (MERTZ, 1991, p. 424).

A importância da cidade do Rio Grande para a industrialização da região pode ser também percebida através da Fábrica Rheingantz, fundada em 1873, nessa mesma cidade, a primeira fábrica têxtil do estado. Segundo Maria Letícia Ferreira, a instalação da Rheingantz na cidade do Rio Grande sucedeu “principalmente por já possuir um porto capaz de receber embarcações comerciais, o que facilitava a importação de equipamentos necessários à produção têxtil” (FERREIRA, 2013, p. 73). Conforme apresenta Solismar Martins (2016), essa motivação não foi exclusiva da fábrica têxtil, mas de todas as demais. O polo fabril formado a partir da Rheingantz teve um papel fundamental na industrialização estadual e nacional, e tinha como característica ser “voltado não somente para o mercado regional, mas principalmente para o mercado nacional, [...], e também para o exterior. Esse parque tinha localização estratégica, ou seja, junto a um porto marítimo” (MARTINS, 2016. p. 106).

Após a sua instalação, a cidade abrigou outras dezenas de estabelecimentos industriais, com uma diversidade de produtos: Fábrica Leal, Santos & C. (1889), Fábrica de Charutos Poock (1891), Companhia de Tecelagem Ítalo-Brasileira (1894), Frigorífico Swift (1917), entre tantas outras. Essas indústrias, juntamente com as demais que compunham o cenário industrial do final do século XIX e início do XX, transformaram uma cidade portuária e comercial, em uma cidade também industrial e operária. “Ao fim do dezenove, a cidade constituía-se no maior parque industrial do Rio Grande do Sul. Em algumas décadas transformou-se de centro comercial em significativo polo industrial” (BITTENCOURT, 1999, p. 34). Na obra “O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado” publicado por Alfredo da Costa em 1922, ao falar sobre a característica industrial da cidade o autor aponta:

O número de fábricas existentes na cidade excede de 30 e dentre elas se destacam: 1º, Frigorífico Swift do Brasil, com capital de 20 mil contos e com importante produção de carnes frigorificadas, conservas, etc; 2º Companhia União Fabril, com o capital integralizado de 2.500 contos. Produção: tecidos de lã, algodão e juta; 3º, Companhia Ítalo-Brasileira, sede na Itália, capital de 1.000.00 de libras. Produção: riscados, brins, cassinetas, tecidos lavrados, chalés e brins de linho para fornecimentos militares; 4º, Fábrica de biscoitos e conservas alimentícias de Leal, Santos & Cia; 5º Fábrica de charutos, de Pook& Cia; 6ª Fábrica de cerveja e gazosa, de Anselmi& Schmitt; 7º, Fábrica de fósforos de Pedro Pérez; 8º, Fábrica de calçados de Llopert, Matta & Cia; 9º Fábrica de fumos, cigarros e charutos de Miguel José de Araújo. O número total de casas comerciais é de 900, com o capital invertido de 30 mil contos de réis (COSTA, 1922, p.13).

Percebe-se, portanto, a grande variedade de estabelecimentos industriais e de capital envolvido no cenário industrial local. Em consonância com a industrialização brasileira, a industrialização rio-grandina “inicia-se pelos bens de consumo não-duráveis” e “compreendia as técnicas mais atualizadas dos parques produtivos dos países centrais” (MARTINS, 2016. p. 106). Com a instalação destas diversas fábricas, a cidade sofreu profundas transformações urbanas, sociais e culturais, “aumentou-se o número de teatros, salas de espetáculos, bares, bilhares, cabarets, bibliotecas, escolas, clubes, sociedades dramáticas, sociedades musicais, jornais, etc.” (BITTENCOURT, 1999, p. 34).

As indústrias faziam parte diretamente desse contexto, pela composição de uma burguesia industrial, pelas alterações urbanas oriundas dos complexos fabris (instalação de casas de operários, escolas, creches etc.), e pela sua produção. Além disso, a demanda de mão-de-obra especializada atraía trabalhadores de várias regiões que, pela primeira vez, se instalavam fixamente na cidade, diferentemente do que acontecia durante o período comercial (MARTINS, 2016).

Desse modo, é possível delinear uma nova cidade: com expansão urbana e demográfica, instalação de diversas indústrias, melhorias urbanas, aumento da vida cultural e social. Operários e industriais, comerciantes, prestadores de serviços, pescadores e trabalhadores da zona rural, ocupavam Rio Grande. A criação de novos bairros, expansão da cidade através de aterros, melhorias de infraestrutura, transporte e comunicação, são algumas das transformações sofridas na região.

Assim, a instalação de diversas fábricas e sua construção

adjacente alterou profundamente a cidade do Rio Grande no período. Tais marcas estão presentes ainda hoje no cenário urbano e se cruzam com as de outras fases industriais vividas no decorrer do século XX, conforme apresenta Martins (2016). Além da origem da industrialização no contexto estadual e nacional, Rio Grande abrigou entre 1930 a 1990 outras fases industriais, ciclos que ao iniciarem e encerrarem, foram deixando vestígios urbanos, prédios, ruas, aterros, sotaques. Sua importância industrial culminou na referência de uma “cidade das chaminés” (TORRES, 2008), ratificando a importância industrial da cidade.

Portanto, a história da cidade está engendrada com uma história industrial, operária, onde alguns marcos arquitetônicos e urbanísticos ainda podem ser encontrados em meio às novas construções. Todo esse conjunto de fases e de alterações na paisagem urbana, auxiliam a contar parte da história da cidade. A memória e identidade local estão também debruçadas nas fases industriais da cidade, pois grande parte dos moradores locais possuem, em alguma parte, relações individuais ou familiares com as indústrias.

Gerações de homens e mulheres trabalhavam na fábrica enquanto operários, com vínculos trabalhistas ou como diaristas. É comum encontrar relatos de famílias inteiras que trabalhavam nas fábricas, incluindo as crianças. Dessa forma, falar de Rio Grande é falar da questão industrial e operária, das marcas que esses estabelecimentos e ciclos deixaram na cidade. Entretanto, apesar da importância industrial para o cenário estadual e nacional, raros são os espaços industriais que não foram substituídos por edifícios residenciais e comerciais pela expansão da cidade a partir de 1970.

A maioria das fábricas que antes movimentaram a cidade do Rio Grande, hoje não existe mais. As que ainda resistem às ameaças do tempo, do crescimento demográfico e especulação imobiliária, se misturam com construções modernas, como testemunhas resistentes desse passado.

No caso de Rio Grande, com as sucessivas crises industriais da segunda metade do século XX, sobretudo a de 1960 e 1990 (MARTINS, 2016), contribuíram para o sucateamento dos vestígios móveis e imóveis de todo o processo de industrialização e saberes a eles engendrados. Aos poucos, com o encerramento das atividades destas fábricas e o seu esvaziamento, os espaços que antes eram carregados de pessoas, máquinas, cheiros, histórias e memórias, passaram a abrigar outras coisas e pessoas.

A cidade e sua população foram, aos poucos, substituindo os

apitos e movimentos das fábricas pelas ruínas, pelo esquecimento, pelo abandono. Nesse contexto, são muitos os relatos de pessoas que observavam a demolição dos prédios e o sucateamento das máquinas. Nessa eminente perda, os prédios e objetos industriais que sobrevivem tornam-se ainda mais relevantes. E, no caso da ausência da referência arquitetônica, os objetos, enquanto “pontes de memória” (DEBARY, 2010) e sua capacidade de vincular passado e presente (RADLEY, 1994), são importantes testemunhas do passado industrial local e proporcionam o despertar de histórias, memórias e narrativas. Dessa forma, sua preservação é importante para a memória local e para o desenvolvimento de pesquisas nessa temática, e a musealização é uma das formas possíveis para ambos os casos¹.

O Museu da Cidade do Rio Grande e o passado industrial

Como foi abordado até aqui, a cidade do Rio Grande tem sua história totalmente entrelaçada com sua característica de industrial e operária. A cidade que possui o título de “cidade dos museus”², por ser uma das cidades do Rio Grande do Sul com maior número de museus, não tem, até o momento, uma instituição museal dedicada exclusivamente para a questão industrial. Entretanto, o Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG) apresenta, na exposição da Coleção Histórica, parte dessa história e memória.

A instituição, fundada em 1984, apresenta em seu acervo, e exposição, uma grande variedade de objetos relacionados ao período industrial local. O MCRG teve seu espaço expográfico remodelado em 2016³, quando inaugurou uma nova exposição de longa duração. A nova exposição, dedicada para apresentar a história da cidade e a relação com as águas doce e salgada, passou a contar com um espaço sobre as indústrias locais (Figura 1). Essa parte da exposição

¹ Vale aqui destacar que a musealização dos vestígios industriais não é a única forma de preservação, valorização e investigação do passado industrial. Existem outras iniciativas igualmente importante e aqui destaco o projeto Memórias da Rheingantz idealizado pela arqueóloga Vanessa Avila Costa. O projeto visa coletar narrativas, histórias e imagens que envolvam a Fábrica Rheingantz, seus produtos, operários etc. O projeto conta com páginas e perfis nas redes sociais e uma exposição virtual.

²<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/bom-dia-rio-grande/videos/t/edicoes/v/rio-grande-e-uma-das-cidades-com-mais-museus-no-brasil/7621930/>

³O projeto de remodelação do Museu da Cidade do Rio Grande foi financiado pelo BNDES. O projeto arquitetônico tem a autoria de Tales Beier Ferreira, consultoria de Luiz Fernando Rhoden, e Museografia: Marisa Gonçalves Beal, Dário de Araújo Lima, Tales Beier Ferreira e Luiz Fernando Rhoden.

trouxe aos olhos dos visitantes alguns dos objetos industriais que fazem parte do acervo da instituição.

Figura 1 – Exposição Coleção História Museu da Cidade do Rio Grande



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande

Esse setor apresenta diversas fotografias, objetos, documentos industriais. São os patrimônios industriais móveis que foram musealizados. São balanças, relógio-ponto, charutos, móveis e utensílios de escritório, catálogos, máquinas de cheque, embalagens, máquinas de escrever, instrumentos de trabalho, placas etc. De estabelecimentos industriais e épocas diferentes, tais objetos ajudam a contar a história da cidade.

Para compreender o papel desses objetos dentro do cenário expográfico do MCRG, e o impacto no público visitante, entrevistei⁴

⁴Realizei a entrevista com Alexandre através da elaboração de um questionário com sete perguntas as quais ele respondeu na forma de texto. A entrevista foi realizada em 16 de abril de 2020.

Alexandre Machado, funcionário do MCRG responsável pela apresentação da exposição para os visitantes, e realizei a seguinte pergunta: “Na parte dedicada à indústria e comércio, o que a exposição apresenta?” Machado respondeu:

O setor da indústria e comércio ocupa o maior espaço e traz a maior diversidade de objetos dentro da exposição. Rio Grande já foi conhecida como a *Cidade das Chaminés* pelo elevado número de indústrias instaladas na cidade entre o final do século XIX e início do século XX, e buscamos apresentar elementos que resgatem a história de todos os setores industriais que se estabeleceram aqui e que foram responsáveis pela construção da cidade que conhecemos hoje. Infelizmente não possuímos objetos que tenham pertencido a cada indústria aqui instalada, mas estamos sempre buscando representar o maior número possível, inclusive para mostrar aos visitantes a grandiosidade desse período que em termos patrimoniais é muito pouco valorizado pela população local hoje em dia, tanto em termos materiais, pela degradação do patrimônio edificado, quanto imateriais⁵.

Há, portanto, segundo a fala do entrevistado, uma preocupação da instituição em salvaguardar e expor a história das indústrias. Um dos aspectos relevantes na fala de Machado é a desvalorização do patrimônio industrial, que é destacada por ele tanto no nível material, quanto imaterial. A ideia em mostrar para os visitantes o maior número de peças possível e a “grandiosidade” desse período atesta para um certo compromisso da instituição e, além disso, a importância da musealização dessas peças.

Conforme dito anteriormente, apesar do forte vínculo da cidade com a questão industrial e operária, não há nenhum museu ou centro cultural dedicado exclusivamente para a história e o patrimônio industrial local, tampouco uma preservação dos seus prédios⁶. Portanto, o Museu da Cidade do Rio Grande torna-se o único local onde o público pode ter acesso aos vestígios materiais móveis do passado industrial.

Ao ser perguntado sobre “Há algum retorno ou impressão do público sobre essa temática? Se sim, qual?”, Alexandre Machado respondeu que:

⁵ MACHADO, Alexandre. Entrevista concedida à Olivia Silva Nery em formato de texto, no dia 16 de abril de 2020

⁶ Vale ressaltar que a Fábrica Rheingantz, e seu complexo fabril, foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul em 2012, e está sendo parcialmente restaurada.

Este é um dos setores que mais despertam o interesse e a curiosidade do público. A maioria dos comentários feitos pelos visitantes após percorrerem toda a exposição, e estes comentários são feitos em grande parte por moradores locais, é sobre a inevitável comparação da cidade rica e próspera que ficou no passado e a cidade degradada e com a economia estagnada que conhecemos hoje⁷.

Segundo Machado o setor dedicado à indústria é, portanto, um dos mais receptivos do público. Pela sua fala, é possível pressupor que a possibilidade de visitar, de ter contato com tais objetos, permite ao público local (sobretudo os que viveram tais períodos) a evocarem lembranças sobre as fábricas. Nesse exercício, a comparação entre passado e presente torna-se recorrente. Alexandre Machado percebe, em suas visitas guiadas, que as pessoas, envolvidas por esses testemunhos móveis, evocam lembranças de um período “áureo” das indústrias que não existem mais. Tanto o processo de desindustrialização, como de desvalorização do patrimônio industrial da cidade, remete às questões iniciais apresentadas neste texto, sobre o surgimento da ideia de patrimônio industrial e aos acontecimentos que motivaram pesquisadores e pesquisadoras a olharem com mais atenção para esses vestígios (o declínio, esvaziamento, sucateamento e destruição).

Essa colocação torna-se interessante, sobretudo ao analisar a relação com esse declínio das indústrias locais com o próprio surgimento do Museu da Cidade do Rio Grande, a ideia de patrimônio industrial e a musealização dos patrimônios industriais móveis locais. Em Rio Grande o declínio industrial vivido pela cidade a partir dos anos 1960 (MARTINS, 2016) impactou diretamente no espaço urbano local, diversos prédios do final do século XIX e XX foram destruídos, incluindo alguns estabelecimentos fabris. Ou seja, o cenário local vivia momentos tensos acerca do futuro das empresas, que até então abrigavam grande parte dos trabalhadores da cidade e região.

A cidade, desde o século XIX, estava voltada para a atividade comercial e industrial e, naquele momento, presenciava o encerramento do ciclo. Conforme aponta Martins(2016) um dos motivos que levou o desencadeamento da crise foi o fim da Segunda Guerra Mundial e a retomada da economia internacional e sua produção, pois muitas indústrias brasileiras, e rio-grandinas, acabaram por fornecer seus produtos para os países que estavam

⁷ MACHADO, Alexandre. Entrevista concedida à Olivia Silva Nery em formato de texto, no dia 16 de abril de 2020

impossibilitados de produzir. Somado a isso, havia uma defasagem tecnológica em grande parte dessas indústrias, o que dificultava a competição com o polo industrial paulista (MARTINS, 2016).

Nesse caso, a população rio-grandina de fato presenciou uma espécie de desmonte da cidade que conheciam até então. Não só diversas fábricas fechavam, mas o cenário econômico e urbano se alterava⁸. Mas qual a relação desse contexto industrial com o Museu da Cidade do Rio Grande?

O Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG) foi fundado em 1984 pela Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG), mas sua concepção data de uma lei municipal de 1971 que criava um museu municipal voltado para a preservação da história local (ANJOS, 2012). Entretanto, segundo Danielle dos Anjos (2012), isso só se concretizou em 1984 com a criação do Museu da Cidade do Rio Grande pela FCRG. Segundo a autora, a abertura do museu em 1984 realizava um desejo local de ter um espaço voltado para a preservação da história da cidade.

Entretanto, para compreender o contexto de criação do museu, e da musealização dos objetos industriais, é preciso recuar um pouco no tempo e na análise de sua mantenedora: a Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG). Criada em 1953 “com o intuito do fomento desenvolvimentista da cidade do Rio Grande” (ANJOS, 2012, p. 18), foi a principal atuante na criação de uma Escola de Engenharia Industrial na cidade na década de 1950. Iniciando com um grupo de engenheiros, eles precisavam de um maior investimento para a concretização de projetos e arrecadação de capital, assim,

Em 1953 a Fundação contava com 8 (oito) instituidores, como Altmayer relata em sua obra, sendo esses os instituidores: Prefeitura Municipal do Rio Grande, Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleos, Cia União Fabril e Cia Fiação e Tecelagem Rio Grande, Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande, Luiz Loréa S/A Comércio e Indústria, Abadalla Nader e Cunha Amaral e Cia Ltda. Com o capital recebido para a construção da Escola de Engenharia, a Fundação criou um Estatuto. [...] No que tange à administração da Fundação

⁸ Segundo Luis Carlos Martins (2010), entre 1945 e 1964 o Brasil sofreu mudanças significativas no setor industrial, marcada pelo crescimento do setor e pela contribuição econômica da indústria para a economia do país. “Por essas razões, este período é considerado o momento de consolidação do processo de industrialização do país, quando se completa a passagem do sistema agro-exportador para o industrial [...]” (MARTINS, 2010, p. 85). Assim, as mudanças no setor industrial não estavam localizadas apenas na cidade do Rio Grande ou no Estado do Rio Grande do Sul, e sim no país.

Cidade do Rio Grande encontramos em seu corpo um Conselho Diretor, formado por 8 (oito) membros, a Diretoria, constituída por 4 (quatro) membros, e o Conselho Fiscal que engloba 3 (três) membros. Para as deliberações da Fundação tudo tem que passar por esse corpo para que seja aprovado, pois como a Fundação Cidade do Rio Grande é uma instituição de Entidade Pública, todos têm de ficar a par de suas deliberações (ANJOS, 2012, p. 18).

A partir da análise do objetivo inicial de criação da Fundação (criação de uma escola de engenharia industrial) e da constituição do seu corpo de instituidores, percebe-se que a FCRG e, conseqüentemente, o Museu, estão estritamente vinculados ao cenário industrial local. Dos oito nomes mencionados por Anjos (2012), apenas a Prefeitura Municipal não entra na categoria de empresa industrial ou comercial. Portanto, é possível dizer que a Fundação era representada pelo grupo industrial e comercial local.

No que tange a criação de um museu histórico, Anjos (2012) aponta que a ideia ainda não havia sido colocada em prática em Rio Grande pela falta de recursos e estrutura por parte do poder público. É assim que a Fundação decide se responsabilizar e assumir o projeto, sendo a mantenedora da instituição museal, “essa se incumbiria de sua administração, de modo que, com a cooperação da Prefeitura Municipal, a Fundação proveria ao funcionamento e organização patrimonial e financeira do Museu” (ANJOS, 2012, p. 20)

Deste modo, em 19 de fevereiro de 1984 – dia do aniversário da cidade do Rio Grande -, durante uma cerimônia na Praça Xavier Ferreira, houve o ato de criação e divulgação do Museu da Cidade do Rio Grande, mantido pela FCRG (ANJOS, 2012). Nessa inauguração, Francisco Bastos Tellechea, presidente da Fundação Cidade do Rio Grande à época, e engenheiro da Refinaria Ipiranga, falou em seu discurso sobre os principais objetivos da instituição que estava sendo criada:

[...]E esta história que o Museu da Cidade do Rio Grande se propõe a mostrar. **É a história da indústria, do comércio, das realizações públicas, das lutas para conter as invasões, da navegação, da pesca, dos jornais, da fotografia, da telefonia, dos clubes sociais, das artes, das famílias, etc [...]** (BASTOS, 1984, s/p - apud ANJOS, 2012, p. 22 - grifo meu).

Pelo discurso, percebe-se que a vontade de museu está muito próxima à vontade de preservar a história industrial e comercial da cidade. O movimento para criação do Museu gerou, dentro da

Ipiranga, o “Projeto Memória” que incentivava os trabalhadores, e a população em geral, a doar objetos, fotografias da empresa ou da história da cidade. Utilizando a referência do elefante para demonstrar o cuidado com a preservação da memória de uma empresa, e de uma cidade, o projeto possuía cartazes, folhetos e quadros (Figura 2).

Figura 2 – “A Ipiranga nunca esquece - Projeto Memória” da Ipiranga, década de 1980.



A Ipiranga nunca esquece! Não esquece o tempo que passou, a cidade em que nasceu e nem quem já trabalhou com ela. Para continuar assim, sem esquecer nada, como os elefantes, a Ipiranga está lançando o Projeto Memória. Através dele, será criado o Museu do Rio Grande. Um museu que vai contar a história dessa cidade fundada em 1737, que deu origem ao Rio Grande do Sul e que viu a Ipiranga nascer. Um museu que também vai reunir a memória da Ipiranga. Uma empresa brasileira, que faz parte da vida deste país, atuando em refino e distribuição de petróleo, fertilizantes, insumos agrícolas, química, petroquímica, pavimentação, pesca e reflorestamento. Se você tem fotos, documentos ou algum material guardado da história do Rio Grande, das tradições gaúchas, ou da Ipiranga, colabore. Basta entregar sua contribuição em qualquer

posto Ipiranga da sua cidade. Ou discar a cobrar para (0536) 23444, que nós apanharemos seu material. Não se esqueça de colaborar com a Ipiranga. Seu gesto vai ficar eternamente guardado em nossa memória. [...]

Fonte: Acervo do Museu da Cidade do Rio Grande

O quadro era distribuído por várias cidades do Rio Grande do Sul. Fica claro, a partir dele, o objetivo de criar um museu da cidade, mas que paralelamente preserve a memória da Ipiranga. “Quando uma empresa tem mais de 45 anos de história e uma cidade quase 250, todo cuidado é pouco. É preciso pesquisar e preservar essa memória, evitando que ela se perca na poeira do tempo”. Assim, questiono: que memória seria essa?

Em termos contextuais, a maioria das fábricas do fundadas no final do XIX e início do XX já havia encerrado suas atividades. Segundo Martins (2016), a Swift fechou suas portas em 1953, a Cia. Ítalo-Brasileira em 1961 a Fábrica de Charutos Pooock em 1966 e a Rheingantz diminui suas atividades nesse período, mas encerra completamente em entre 1980 e 1990 (FERREIRA, 2009). Na década de 1980, conforme visto anteriormente, Rio Grande estava voltada para a indústria da pesca e fertilizantes (MARTINS, 2016), portanto, o tempo das antigas indústrias já havia terminado. Tais mudanças podem justificar o interesse, por parte desse grupo industrial, em apoiar a criação de um museu local.

Nesse caso, o desejo de museu, tal como aponta Poulot (2013), é possivelmente motivado pelo desejo da Ipiranga em preservar sua história e memória, mas também em decorrência do desaparecimento e enfraquecimento de algumas indústrias locais. Candau (2012) traduz a sede por museus como um reflexo de crises identitárias, momentos de ameaças e enfraquecimentos, onde o ato de musealizar busca suprimir, ou diminuir essa crise. Poulot (2013) e Candau (2012) demonstram como a busca memorial e patrimonial se manifesta na criação quase que incessante de museus, de todos os tipos, em quase todos os locais do mundo. Segundo Poulot, vivemos um “desejo de museu” (2013, p. 103), onde o colecionismo e a musealização fazem parte da base desse movimento. Cabe também pensar sobre o que diz Ferreira (2009) no que tange a preservação dos patrimônios industriais que, no caso brasileiro, está muito relacionada a um “dever de memória”. Segundo Paul Ricoeur (2007) o dever de memória acontece quando patrimônio, memória e identidade trabalham para evitar o esquecimento, no desejo de justiça.

A partir da análise de Ferreira (2009) e de Ricoeur (2007), sobretudo no que diz respeito ao surgimento de um dever de memória atrelado ao sentimento de justiça e de luto, cabe refletir se a vontade de museu, e de musealizar, originada no grupo de industriais locais (a partir da FCRG – sobretudo da Ipiranga), está relacionada dentro dessa perspectiva de perda e justiça. Como já apresentado anteriormente, o contexto de projeto e criação de um museu da cidade, e de uma vontade de preservar a memória da Ipiranga, está envolto pelo desaparecimento de várias indústrias locais. São fábricas que representam um estilo fabril do início da industrialização brasileira, de imigrantes e empresas familiares. Nesse caso, ao preservar a memória dessas empresas, preserva-se também a memória das famílias, dos seus antepassados, sobretudo a partir do que Ricoeur (2007) afirma quando diz “o dever de memória é o dever de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si” (RICOEUR, 2007, p. 101). O autor ainda complementa que o dever de memória está relacionado com a ideia de pagamento de dívida, e, além disso, do repasse desse sentimento para outros, pois “o dever de memória não se limita a guardar o rastro material, escrito ou outro, dos fatos acabados, mas entretém o sentimento de dever a outros [...]” (RICOEUR, 2007, p. 101).

Vale também trazer o questionamento de François Hartog (2006) sobre as buscas de preservação: “preservar o quê e quem? Este mundo, o nosso, as gerações futuras, nós mesmos. [...] Para quem? Para nós” (HARTOG, 2006, p. 271). As questões do autor indicam que esse desejo de musealizar tem origem em crises do presente, na vontade de preservar a nós mesmos, para nós mesmos – pensa-se primeiro em si (presente), e depois nos outros (futuro). Segundo Hartog (2006) e Candau (2012) é ingênuo pensar que as seleções do que preservar e musealizar são isentas da vontade do presente, do desejo de alguma forma eternizar o nós, para nós, e não simplesmente para os outros no amanhã. Isso indica que no momento de criação do Museu da Cidade do Rio Grande, assim como qualquer outro museu, existe uma vontade de preservar as referências de um grupo, de um momento.

Nesse caso, as ideias de Pierre Nora (1993) acerca dos lugares da memória, e sobre o jogo entre memória e história, também contribuem para refletir sobre a vontade de lembrar as indústrias e de criar um museu. Segundo o autor, a luta contra o esquecimento é um indício de um trabalho da história, quando a memória viva já não existe mais. São esses os lugares de memória, lugares onde a memória se cristaliza, mas, para Nora (1993) não mais a verdadeira

memória, e sim seu rastro. “Desde que haja rastro, distância, medição, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993, p. 8).

Aceleração histórica para Nora (1993) e crise do presentismo para Hartog (2006) são frutos da relação entre presente e passado, do enfraquecimento de identidades, e do medo da perda de referências que motiva essa busca por cristalizar memórias. Para Nora (1993) o mesmo pode ser pensado sobre as comemorações, as festividades e monumentos que parecem ser o esforço árduo de evitar o trabalho natural da memória e seu esquecimento. Estes lugares de memória (museus, arquivos, festas, monumentos) “são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais” (NORA, 1993, p.13). Nas palavras do autor:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. [...] Sem vigilância comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los (NORA, 1993, p. 13 – grifos meus).

Portanto, cabe aqui pensar que as transformações econômicas locais e as mudanças dos ciclos industriais, podem ser entendidas como ameaças ao passado, a essa era industrial vivida por tanto tempo em Rio Grande. O Museu nasce da vontade de lembrar, de preservar, nasce como lugar de memória – de uma memória que já é história (NORA, 1993). O afastamento temporal entre o viver das indústrias, e musealizá-las, está por trás da criação do Museu. Há uma luta contra obliteração, como deixa claro o quadro do Projeto Memória (Figura 1). Assim, faz sentido a afirmação de Nora (1993) destacada anteriormente: há uma ameaça identificada (o esquecimento, a destruição dos prédios), e os lugares de memória (museu) surgem do apoderamento da história para petrificar essa “memória”.

Os conceitos de dever de memória, lugares de memória e desejos de museu articulados anteriormente, convergem com o que Ana Cardoso Matos e Maria da Luz Sampaio (2014), relatam sobre o surgimento de museus industriais e a musealização dos vestígios técnico-industriais. Segundo as autoras, é o movimento de

desindustrialização e o desaparecimento das antigas formas de fabricação que atribuiu a esses vestígios o caráter de musealizável, de documento e, também, de patrimônio em alguns casos. Portanto, é possível contextualizar todos esses aspectos com a realidade vivida em Rio Grande naquele momento.

Tais aproximações ficam ainda mais evidentes ao analisar a primeira ocupação do MCRG “à Rua General Portinho nº 161, nos antigos galpões da Fábrica de Biscoitos Leal Santos. Ali permaneceu até 1987, onde no dia 07/09/1987 instalou-se no prédio da Alfândega e permanece até hoje lá” (ANJOS, 2012, p. 22). Ou seja, o museu funcionou, inicialmente, dentro de uma antiga fábrica. Essa relação com as indústrias está presente desde a constituição do acervo quanto à ocupação inicial de um espaço fabril. Outra relação entre essas entidades pode também ser analisada através do primeiro presidente do MCRG, Adyr Bonfiglio Olinto. Adyr era funcionário da Ipiranga, membro do Centro de Indústrias de Rio Grande, e foi designado para a função por Francisco Bastos (ANJOS, 2012). Ou seja, a direção da instituição museal também estava envolvida diretamente com as indústrias.

O Museu da Cidade do Rio Grande nasce, portanto, envolvido nesse contexto e iniciativas. Natural que grande parte do acervo do museu seja de objetos, fotografias e documentos da história da indústria e do comércio local. Sobre a formação do acervo museal Danielle (2012) aponta que:

A parte da sociedade rio-grandina que mais colaborou para o efetivo acervo foram as famílias tradicionais da cidade, que compunham a alta sociedade, e empresas que também colaboraram, como a Leal Santos [...] Essas pessoas e entidades depositaram no museu parte de sua história para que fosse repassada para as próximas gerações e que fosse perpetuada dentro da instituição museológica (ANJOS, 2012, p. 90).

Essas informações evidenciam que, muito embora o Museu da Cidade do Rio Grande não tenha sido criado como um museu industrial, esse segmento estava fortemente vinculado a esse projeto, da sua concretização e desenvolvimento. Pensando que o fim de um período industrial é também o momento de descarte, sucateamento ou destruição dos vestígios industriais, tal como defende Sampaio (2017) os museus industriais surgem na tentativa de preservar parte

disso, de suas histórias e memórias através da musealização⁹ de seus vestígios.

Ao falar de acervo museológico, e de museu, fala-se automaticamente de seleção, de separação. Assim, percebe-se que os cenários que envolvem a cidade do Rio Grande, e o museu em questão, acabam direcionando as políticas de memória, e de musealização, para um reconhecimento do caráter histórico, memorial, identitário e documental dos objetos industriais. “Por definição, todo o museu efetua uma seleção no mundo dos objetos, senão ele seria levado a admitir que o mundo é o museu dele próprio [...], isto é, seria negar a sua própria existência” (MOLES, 1981, p. 75).

Ou seja, a existência de uma parte da exposição de longa-duração dedicada para a questão industrial dentro do Museu da Cidade do Rio Grande não pode ser descontextualizada de todas as questões aqui dissertadas. Há uma forte relação da instituição com o grupo industrial da cidade e, além disso, diversos fatores que colocavam em risco de esquecimento, destruição e perda das referências desse passado contribuía para o desejo de criação do museu e preservação dos vestígios industriais. Nesse sentido, a musealização de objetos testemunhos do passado industrial torna-se uma importante forma de evitar o desaparecimento total da materialidade dessas fábricas, suas histórias e memórias.

Aspectos conclusivos

Em vias conclusivas, é possível pensar que o Museu da Cidade do Rio Grande não é apenas uma instituição que salvaguarda, pesquisa, preserva e expõe os vestígios industriais, é também fruto do trabalho e projeto dessas empresas em preservar esse passado. Ou seja, também pode ser entendido enquanto vestígio dessas indústrias e de suas formas de atuação em uma cidade. De fato, a instituição é a única instituição museal da cidade que dedica parte de sua exposição para contar a história industrial local, tornando-se uma referência em termos de salvaguarda de parte dos vestígios materiais e imateriais do passado industrial local. Entretanto, essa musealização não acontece de forma desprezível, pois a instituição está, desde sua origem, vinculada a esse setor, o que é percebido em seu discurso expográfico.

⁹A musealização é um “processo (ou conjunto de processos) por meio dos quais alguns objetos são privados de sua função original e, uma vez revestidos de novos significados, adquirem a função de documento” (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013, 11).

Percebe-se que essas podem ser vistas como as influências “invisíveis” dos museus. É parte do que Mário Chagas (2002) evidencia sobre a presença do poder da memória, e da memória do poder dentro dos museus e do processo de musealização. Essa rede, nem sempre visível, das motivações, desejos, discursos construídos dentro dessas instituições e, conseqüentemente, nos seus acervos, traz a complexidade dos museus e dos objetos ali salvaguardados e expostos.

Por outro lado, é através desse espaço museológico que a comunidade local tem a oportunidade de (re)conhecer, de visualizar e estar envolvido por testemunhos históricos e industriais da cidade. Nesse reencontro, há a possibilidade de reviver tempos, memórias, evocar narrativas e, assim, também manter viva e preservar a história industrial local. Esse encontro que acontece não só com as gerações que vivenciaram as fases industriais da cidade, mas também com as novas que têm a oportunidade de conhecer, muitos pela primeira vez, os objetos, fotografias e histórias de prédios que hoje fazem parte do cenário urbano e história local, ou da história de suas famílias.

Referências bibliográficas

ANJOS, Danielle Manczak. **Acervo e Sociedade – Museu da Cidade do Rio Grande – RS**. 2012. 170 páginas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012. Disponível em: <http://museucrg.com.br/wp-content/uploads/2019/06/ACERVO-E-SOCIEDADE-MUSEU-DA-CIDADE-DO-RIO-GRANDE-RS.pdf>. Acessado em 28 abril 2020.

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao Teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional – Panorama da História de Rio Grande**. Rio Grande: EDFURG, 1999.

CANDAU, Joël. **Antropologia de lamemoria**. Buenos Aires: Nueva vision, 2006.

CANDAU, Joël. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.1, n1, jan/jul 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9564>. Acessado em 20 março 2020.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAGAS, Mário de Souza. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, v. 19, n. 19, 2002. Disponível em:

<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/367> Acessado em 28 abril 2020.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 9.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DEBARY, Octave. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.2, n.3, ago-nov. 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9547>.

Acessado em 09 abril 2020.

DOMECQ' Monte & Cia. **O Estado do Rio Grande do Sul**. Barcelona: Estabelecimento gráfico: Thomas, 1916.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. **Horiz. antropol.** Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 69-98, junho 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000100004. Acessado em: 24 julho 2019.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. **Revista Museologia & Patrimônio**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2009, p. 22-35. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/File/43/23>. Acessado em: 24 julho 2019.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul.-dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-87752006000200002&script=sci_abstract&tlng=pt Acessado em 28 abril 2020.

LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer; LOUREIRO, José Mauro. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **Revista MIDAS**, v. 1, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/midas/78> Acessado em 28 abril 2020.

MARTINS, Luis Carlos Passos. **A grande imprensa “liberal” da Capital Federal (RJ) e a política econômica do segundo governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento nacional**. Tese de doutorado (História). 360 f. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanização (1873-1990)**. Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

MATOS, Ana C.; SAMPAIO, Maria da Luz. Patrimônio industrial e museologia em Portugal. **Revista Museologia e interdisciplinaridade**, Brasília, v. 3, n. 5, p. 95-112, mai./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/15472>. Acessado em 09 setembro 2019.

MENDES, José Amado. **Estudos sobre o patrimônio**: museus e educação. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2013.

MERTZ, Marli. A burguesia industrial gaúcha e suas tentativas de organização: de sua origem a 1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 422-444, 1991. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1456> Acessado em: 08 abril 2019.

MOLES, A. A. Objeto e comunicação. *In*: MOLES, Abrahan; BAUDRILLARD, Jean; *et al.*. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes Limitada, 1972.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares de memória. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101> Acessado em 28 abril 2020.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

RADLEY, Allan. Artefacts, memory and the sense of the past. *In*: MIDDLETON, David e EDWARDS, Derek (orgs.). **Collective remembering**. Londres e New Dheli: SAGE Publications, 1994.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. UNICAMP: Campinas, 2007

SAMPAIO, Maria da Luz. **Da fábrica ao museu**: identificação, patrimonialização e difusão da cultura técnico-industrial. Lisboa: Caleidoscópio, 2017.

TORRES, Luiz Henrique. Cronologia Básica da História da Cidade do Rio Grande (1737 – 1947). **BIBLOS**, Rio Grande, v. 22, n. 2, p. 9-18, 2008. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/957>. Acessado em 08 abril 2019.

VOGT, Cláudio C. **As origens da indústria gaúcha e o setor têxtil no período do processo de substituição de importações**. 210 p. Dissertação de Mestrado (Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

YAGUI, Mirian M. **Museus e patrimônio industrial**: um estudo sobre a musealização do setor elétrico no estado de São Paulo. Dissertação de mestrado em Museologia. 171 f. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Universidade de São Paulo, 2014.